**Estudantes indígenas na UFPR e o enfrentamento da pandemia de COVID19: um balanço da atuação do Grupo PET Litoral Indígena**

Ana Elisa de Castro Freitas, Ana Caroline Neres, Daniela Correia da Silva, Ivanizia Ruiz Guimarães, Jaciele *Nyg Kuita* Fidelis, Jaqueline Vieira, Matheus Nunes Lopes, Neiva Gabriel, Nivaldo Pereira, Tainara *Gagnin* de Oliveira.

Em 2020, o Grupo PET Litoral Indígena completa sua primeira década de existência. Sediado no Laboratório de Interculturalidade e Diversidade/LaID do Setor Litoral da UFPR, dedica-se a formação de intelectuais indígenas no ensino superior, à promoção e difusão das culturas, artes e pensamentos indígenas na universidade e na sociedade.

O PET Litoral Indígena é um dos 22 grupos de educação tutorial instituídos pelo MEC na UFPR. Em sua grande maioria, esses grupos são disciplinares, vinculados a um curso específico de graduação. Destes, apenas três PET`s são da modalidade Conexões de Saberes, todos eles sediados no Setor Litoral. Os PET Conexões de Saberes Litoral Indígena, Litoral Social e Comunidades do Campo distinguem-se dos demais por serem interdisciplinares (abrangem estudantes de diferentes cursos) e interculturais (abarcam uma diversidade sociocultural relativa aos pertencimentos socioambientais e culturais dos participantes).

Ao longo dessa primeira década de existência, 19 dos 30 egressos indígenas da UFPR passaram pelo Grupo PET Litoral Indígena, seja como bolsistas ou voluntários, revelando a centralidade do Programa para a formação da juventude indígena brasileira na universidade. Pertencentes a diferentes povos e regiões do Brasil, esses jovens concluíram a graduação nos cursos de Gestão Ambiental (4), Tecnologia em Agroecologia (2), Odontologia (1), Enfermagem (1), Medicina (2), Fisioterapia (2), Administração (1), Engenharia (1), Pedagogia (1), Educação Física (2), Serviço Social (1), Gestão e Empreendedorismo (1). Destes, 6 seguiram seus estudos na pós-graduação *stricto* e *lato sensu* em universidades como UFRJ, UFRGS, UnB, UFSC, outros seguem na residência médica, atuam como professores nas escolas indígenas, desenvolvem projetos junto a seus territórios, atuam na qualificação das políticas públicas, e como profissionais nas suas áreas de formação.

Em 2015, o PET Litoral Indígena organizou um primeiro livro que sistematiza a experiência dos 17 Grupos PET Indígena instituídos nas universidades públicas brasileiras por meio do Edital 09/10 da SESu-SECAD/MEC (<http://laced3.hospedagemdesites.ws/laced/acervo/livros/intelectuais-indigenas-e-a-construcao-da-universidade-plurietnica-no-brasil/>).

No último dia 02 de julho, o Grupo participou do I Encontro Nacional dos PET Indígenas, promovido pelo PET da UFBA, totalmente em ambiente remoto. O evento era um sonho antigo e contou com 45 inscritos, vinculados aos diferentes grupos PET Indígenas sediados nas UFRR, UNIFAP, UFAC, UFAM, UFMT, UFTO, UFGO, UFPB, UFPE, IFBA, UFBA, UFMG, UFSCar, UFPR, UFSM.

Na primeira quinzena de agosto, a UFPR sediará a organização de um segundo encontro nacional dos PET Indígenas, totalmente em ambiente remoto. Esse encontro dará andamento à tarefa de organização de uma rede nacional dos PET Indígenas e dedicará esforços para a edição do segundo livro, com participação dos diferentes grupos do país.

Além de contribuir na formação da juventude indígena brasileira e qualificar as relações entre universidade e povos indígenas, por meio de inúmeras atividades de extensão, a atuação do PET Litoral Indígena incide também na trajetória da própria universidade. Suas atividades colaboram sistematicamente na formação acadêmica e profissional crítica e atenta à diversidade que compõem a vida social brasileira, difundindo os pensamentos, artes, línguas e culturas indígenas na universidade e na sociedade; tutores e estudantes do Grupo atuam diretamente na qualificação das políticas de ingresso e permanência de estudantes indígenas na UFPR, participando das instâncias de debate e construção cotidiana dessas políticas. O PET tem participação ativa no Comitê Gestor de Acompanhamento do Componente Indígena do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social da UFPR, colaborou com indicadores para a avaliação dos 10 anos da Resolução 37/04-COUN, acompanhou e acompanha comissões e grupos de trabalho em que se definem e implementam o acesso e permanência de indígenas na universidade, e tem sistematicamente contribuído na produção de indicadores, análises e práticas voltadas à qualificação da educação superior para indígenas na UFPR.

**O PET INDÍGENA NO ENFRENTAMENTO DA COVID19**

Na segunda quinzena de março de 2020, o avanço da pandemia de COVID19 surpreendeu a sociedade brasileira com uma transformação da vida social sem precedentes na contemporaneidade. A gravidade das doenças e as elevadas taxas de comorbidade resultantes da contaminação pelo COVID19 impuseram a medida de suspensão do calendário letivo em diversas universidades brasileiras, entre elas a UFPR.

Diante desse novo quadro, o Grupo PET Litoral Indígena desenvolveu o “Projeto Lentes: juventude indígena no enfrentamento da pandemia de COVID19 e na promoção do Bem Viver”. Este projeto desdobra-se do Observatório dos Direitos Indígenas, ação permanente do PET, assumindo as metas específicas de produção e difusão de dados qualitativos e análises sobre os impactos da pandemia de COVID19 na vida dos estudantes indígenas da UFPR e seus povos.

Inicialmente, o objetivo era um diagnóstico da situação vivenciada pelos estudantes indígenas na UFPR, partindo da realidade dos estudantes do PET. Foram produzidos indicadores imediatamente disponibilizados para as unidades executivas da UFPR, visando a qualificar o acolhimento, acompanhamento e assistência universitária aos estudantes indígenas durante a quarentena, considerando a suspensão do calendário letivo. Diante do desafio de gradual retomada de atividades de pesquisa, extensão e ensino na modalidade remota, o PET Litoral Indígena passou a incidir diretamente na construção de ferramentas e instrumentos e colaborar na formulação de programas de gestão voltados à inclusão digital dos estudantes indígenas na UFPR, participando nas agendas institucionais convocadas pelo NUEI/CPA/SIPAD.

A partir do Projeto Lentes, identificamos duas situações vivenciadas pelos estudantes indígenas da UFPR durante a pandemia. Uma parcela dos estudantes permanece nas cidades de Curitiba e Toledo, e se encontram em quarentena em quartos ou pequenos apartamentos, com acesso parcial a internet, para os quais o isolamento social e o constrangimento ambiental está sendo uma questão importante. Estes estudantes pertencem a povos indígenas cujos territórios estão distantes, tais como Kaixana-Tikuna (Manaus/AM), Tupinikim (Mata Atlântica/ES), Atikum-Umã (Caatinga/PE), Pankararu. Uma pequena parte desses estudantes receberam apoio de familiares e viajaram para seus territórios durante a pandemia.

A segunda situação revela estudantes cujos territórios se situam na região sul do país e que retornaram para suas coletividades e terras indígenas. Há um conjunto de estudantes que estão nas aldeias na região metropolitana de Curitiba (Kakané Porã e Araçaí), outros viajaram para terras indígenas tais como Xapecó/SC, Mangueirinha/PR, Apucaraninha/PR, entre outras. Esses estudantes pertencem aos povos indígenas Guarani e Kaingang e enfrentam sérias restrições de acessibilidade digital nos territórios, revelando inclusão digital precária, crítica ou ausente. Em todos os casos, os estudantes estão direta ou indiretamente envolvidos nas ações de enfrentamento da pandemia em seus territórios, se posicionando como agentes fundamentais para a difusão de informações, prevenção e combate à pandemia junto a suas famílias, comunidades e povos.

Os estudantes indígenas que retornaram a seus territórios estão socialmente acolhidos pelas famílias e coletividades, mas vivem de perto o drama da pandemia avançando em toda a região sul, especialmente nos últimos trinta dias, quando as primeiras mortes foram registradas nas terras indígenas Xapecó/SC, Xingu/RS, Ligeiro/RS e Serrinha/RS.

Problemas históricos que afetam as comunidades e territórios indígenas no Brasil se tornam evidentes. O descaso estatal expresso no atraso e paralisação dos procedimentos de demarcação das terras indígenas, interrompidos a décadas, a exposição às fronteiras do agronegócio e dos agrotóxicos, a violência nas rodovias e cidades que atravessam os territórios, o passivo ambiental de empreendimentos que nunca concluíram os planos básicos de aplicação (PBA) das medidas de compensação e mitigação dos impactos, a inadequação das políticas públicas nas áreas da saúde e assistência social, e, principalmente, o trabalho precarizado a que os indígenas estão submetidos, se mostram fatores de agravamento e exposição à contaminação.

Imersos em realidades violentas e desiguais, acirradas pela pandemia de COVID19, o principal desafio dos estudantes indígenas que retornaram para seus territórios é colaborar com suas comunidades para conter a mobilidade social e evitar a contaminação. Eles participam de campanhas, elaboram documentos, cartazes, máscaras, articulam ações interinstitucionais, entre outras atividades. As iniciativas de isolamento social incidiram diretamente as dinâmicas de comercialização de arte indígena em todo o país, com impacto importante na economia das famílias. Na região Sul, essa é a principal fonte de renda de muitas famílias Kaingang e Guarani ao longo do ano, e desde abril está paralisada, ampliando a vulnerabilidade socioeconômica das famílias indígenas. Conter a mobilidade social indígena é uma tarefa difícil em povos cujas dinâmicas territoriais envolvem o deslocamento permanente. A insegurança alimentar se soma aos riscos de contaminação por COVID19, agravando com a chegada do inverno e acidentes climáticos. É nesse quadro que também se uma extraordinária rede de solidariedades, que envolve as coletividades indígenas com apoio de muitas pessoas, associações, organizações, universidades. Recebem alimentos doados pelo MST, são envolvidos na rede de doações de máscaras e álcool gel efetivadas pelas universidades e associações comunitárias.

Na UFPR, o Grupo PET Litoral Indígena participou ativamente nas atividades do Abril Indígena em Ambientes Remotos, somando esforços com o MAE/PROEC, produzindo material audiovisual que circulou nas redes sociais. Estudantes indígenas do PET narraram suas experiências durante o primeiro mês da quarentena e levantaram as primeiras questões suscitadas pelo COVID19 junto a suas coletividades.

Nos meses seguintes a atuação do PET se intensificou na universidade e na sociedade, em reuniões e eventos remotos e mobilização pelas redes sociais. Em junho articulamos uma ação que envolveu a colaboração da Associação Vila Nova/Matinhos, da UFPR Litoral, com doações de estudantes, técnicos e docentes, bem como de funcionários da Caixa Econômica Federal. Nessa ação, o Grupo PET Litoral Indígena apoiou a comunidade Guarani de Guaviraty, Pontal do Paraná/PR, com doação de máscaras, agasalhos e alimentos higienizados e colaborou na logística da viagem de uma família Guarani que se deslocou, no último dia 01/07, desta terra indígena para a Terra Indígena Guaviraty Porã, Santa Maria/RS.

**ANALISES PRELIMINARES**

Passados quatro meses de pesquisa, reuniões e mobilização, o PET Litoral Indígena se debruça na análise de um conjunto de dados que revelam, com todas as tintas, a extrema desigualdade social brasileira, a exposição dos povos indígenas ao COVID19 e o descaso e despreparo do Estado brasileiro para o enfrentamento da pandemia. No dia 8/7, os dados da Frente Indígena e Indigenista de Enfrentamento da Pandemia de COVID19 na Região Sul, indicam 122 povos indígenas contaminados, 12.048 casos confirmados, 445 pessoas indígenas mortas por COVID-19. Povos indígenas são sujeitos coletivos, é muito difícil conter as festas, jogos, encontros, cultos que marcam a sociabilidade cotidiana das comunidades

Em 19 de junho, a Frente registrou a internação de um bebê Guarani em São Miguel do Oeste/PR e outros dois casos de contaminação por COVID19 na Terra Indígena Tekoha Ocoy. Uma semana depois, 35 casos estavam confirmados nessa terra indígena, sendo 20 desses trabalhadores indígenas contratados pelo frigorífico Lar Cooperativa de Matelândia. No boletim do último dia 07/07, estavam confirmados 76 infectados pelo COVID19 em Tekoha Ocoy, praticamente metade da comunidade Guarani.

A forte correlação entre trabalho indígena precarizado em frigoríficos, agroindústrias e a contaminação pelo COVID19 fica evidente na atual fase da pandemia. A morte do cacique Rone, da Terra Indígena Serrinha/RS, as quatro mortes na Terra Indígena Xapecó/SC e o expressivo número de contaminações em outras terras indígenas na região Sul, revela essa realidade que necessita ser enfrentada - a da exploração de mão de obra indígena.

Outra questão apontada pelo projeto Lentes, revela a precarização dos processos de educação escolar indígena diante da imposição de atividades remotas e assíncronas a professores indígenas. O PET tem elaborado mensalmente o Boletim Educação Escolar Indígena no Paraná, e no número de Junho aborda a acessibilidade digital como ponto crítico a ser revertido, tanto para os professores e professoras indígenas, como para os estudantes universitários indígenas na UFPR. Como desdobramento, o PET colabora com NUEI/CPA/SIPAD-UFPR na elaboração de um Programa de Inclusão Digital no qual os estudantes indígenas estarão contemplados.

As análises sobre os impactos da pandemia de COVID19 nos povos indígenas e os desafios para seu enfrentamento estão sendo elaboradas nas reuniões remotas semanais do PET Litoral Indígena e estarão integrando publicações em elaboração.

Além disso, os temas levantados virão a público na série Conversas com o PET Indígena UFPR, cuja primeira edição ocorre nesse dia 10/7, às 15h e segue com uma *live* em que a tutora do Grupo, Ana Elisa de Castro Freitas, dialoga com o egresso do curso de Gestão Ambiental, recém mestre em Antropologia Social pela UFRGS, Douglas Jacinto da Rosa, no programa Para Sair dessa Maré (17h).

O Conversas com o PET terá edição quinzenal e vai abordar os dados relativos à COVID19 que derivam do Projeto Lentes, bem como outras questões relevantes a vida dos povos indígenas nesse contexto pandêmico e pós-pandêmico.